


**MAIS  
PMIE**

**Candidaturas:  
saiba em que  
domínios e até  
quando estão  
abertas**

P | IV/V

**Entrevista: Nelson  
de Souza faz  
ponto de situação  
da aplicação  
dos fundos**

P | II

# Portugal 2020: futuro passa pela indústria 4.0 e transformação digital

O relatório do primeiro trimestre de 2017 revela que dos 25 mil milhões de euros do Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, 57% já estão a concurso. Estão aprovados 14 mil projetos, apresentados por 12 mil empresas. Nos próximos dois meses, estarão abertas candidaturas nas áreas da qualificação, internacionalização, inovação produtiva, e empreendedorismo qualificado e criativo.

OPINIÃO

## Portugal não pode cometer os erros do passado



**JOÃO MADEIRA**  
Subdiretor

Os níveis reduzidos de investimento em Portugal tornam os fundos comunitários uma ferramenta essencial para o país, que tem de crescer de forma sustentada e com criação de emprego qualificado.

Portugal não pode voltar às más práticas do passado e desbaratar os recursos comunitários em gastos de reduzido impacto de longo prazo, e o desenho do atual Programa 2020 vai no sentido correto. As medidas estão focadas nas áreas da qualificação, internacionalização, inovação produtiva e empreendedorismo qualificado e criativo - áreas chave em que Portugal tem de se superar para sair da anemia económica evidenciada na última década e meia.

Mas os problemas estão mais no terreno do que no desenho do programa. O Jornal Económico foi ouvir algumas das principais confederações e associações empresariais (ver página 6) e a convergência é evidente: a execução dos fundos deixa muito a desejar.

Como se não bastasse a carga burocrática envolvida em qualquer candidatura, os atrasos na análise dos candidatos e a própria inexistência de um calendário com os concursos para este ano deixam no papel muitos projetos que poderiam fazer a diferença.

Os retratos traçados pela CIP - Confederação Empresarial de Portugal, pela Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e Confederação do Turismo Português, pela ACIB e pela NERSANT revelam que muitos investimentos estão a ficar pelo caminho, ou pelo menos adiados, pela falta de resposta dos serviços.

No passado, houve ocasiões em que Portugal já fez mau uso dos fundos comunitários. Noutras, ficaram verbas por utilizar. Não podemos repetir esses erros. O Portugal 2020 é um bom programa, mas não basta ter boas intenções. É preciso concretizá-las. ●



Chris Graeme/ICPT

ENTREVISTA **NELSON DE SOUZA**, Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão

# “Qualificação vai ser prioridade para reprogramação”

O Portugal 2020 teve um início com dificuldades, mas já está em velocidade de cruzeiro, com a segunda melhor execução da Europa. Agora, vai ter lugar a reprogramação.

**RICARDO SANTOS FERREIRA**  
rsferreira@jornaleconomico.pt

O secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, Nelson de Souza, faz, em entrevista ao Jornal Económico, um ponto de situação da concretização do atual quadro de fundos comunitários, explicando o início atribulado do programa Portugal 2020, o esforço de aceleração e a atenção ao investimento através das autarquias. A prioridade na reprogramação será para a qualificação e para o que ficou definido no Programa Nacional de Reformas. E QREN, o anterior quadro comunitário já está encerrado.

**Que balanço faz da execução do Portugal 2020, nesta altura?**  
Os fundos estruturais, através do Portugal 2020, estão já financian-

do em variadas frentes o desenvolvimento de Portugal. Temos hoje mais de 14.000 beneficiários entre empresas, municípios, universidades e escolas, associações empresariais e sindicais, fundações, IPSS ou ONG. São agentes que souberam apresentar projetos que cumpriram os critérios de seleção e que, representando um custo total de 13,5 mil milhões de euros, beneficiaram de financiamento do Portugal 2020 de 9,1 mil milhões de euros, absorvendo 43% do total dos fundos (dados que não consideram os relativos à agricultura e pescas).

O Portugal 2020 arrancou com enormes dificuldades, mas está hoje no terreno em “regime de cruzeiro”. Portugal é o segundo país com maior nível de execução a nível europeu, apenas atrás da Polónia que tem um pacote global de fundos mais de 3 vezes superior.

“

O investimento público através dos municípios mereceu uma atenção particular, através de projetos de maior proximidade aos territórios - escolas, patrimónios, reabilitação e resíduos e água, etc”.

**Que sectores são mais prioritários para a aplicação de fundos e com que valências?**

As nossas prioridades estruturais, que estão definidas no Programa Nacional de Reformas, não poderiam deixar de enformar a gestão estratégica do principal instrumento financeiro de que o nosso país dispõe.

Numa primeira fase de aceleração de fundos, conferimos prioridade a duas áreas: a primeira, direcionada para o apoio ao investimento empresarial privado e da competitividade; a segunda, orientada para o investimento público municipal, como motor de dinamização das economias locais.

A par destas prioridades, constituíram eixos de ação relevantes a resolução de problemas que permitiram a fluidez do financiamento noutros domínios críticos de intervenção pública: políticas ativas

de emprego, inclusão social, ensino profissional e da ciência e do ensino superior.

#### **Ainda é possível reforçar o investimento na qualificação? Como e com que objetivos?**

A qualificação dos portugueses vai constituir uma das grandes prioridades no designado processo de reprogramação dos fundos do Portugal 2020 que foi agora iniciado no plano interno. Tal não implica que se esqueçam as outras dinâmicas e políticas. Desde logo a competitividade e ao apoio ao investimento empresarial, as políticas de emprego e a valorização do território. Mas também a ciência, o ensino e a sustentabilidade. Isto de acordo com as prioridades definidas pelo Programa Nacional de Reformas, que acabámos de enviar a Bruxelas.

#### **De que forma é que o Portugal 2020 tem contribuído para a evolução do investimento em Portugal, nomeadamente o investimento público?**

Quando assumimos responsabilidades políticas na gestão do Portugal 2020 o programa estava com manifestas dificuldades de arranque e o bloqueio manifestava-se quando mais a economia e o investimento mais necessitavam dos fundos estruturais.

Por isso mesmo, a aceleração dos fundos europeus constituiu uma prioridade assumida desde o início. Lançamos então o Plano 100, onde nos propusemos pagar 100 milhões de euros de incentivos nos primeiros cem dias de Governo. Já ultrapassamos neste momento 712 milhões de pagamentos de incentivos do PT 2020 e que já originaram um investimento privado efetivamente realizado de 1.000 milhões de euros. A carteira de projetos aprovados até à data representa um investimento em I&D, inovação produtiva e qualificação produtiva de 5,7 mil milhões de euros de investimento com um financiamento do PT 2020 de 3.000 milhões de euros.

O crescimento de 13% do investimento privado no último trimestre de 2016, com particular incidência na rubrica de Máquinas e Equipamentos, prova o efeito positivo do Portugal 2020 no investimento na economia portuguesa. Também o investimento público através dos municípios mereceu uma atenção particular, através de projetos de maior proximidade aos territórios – escolas, patrimónios, reabilitação e resíduos e água, etc. Sabíamos que o ciclo de execução deste investimento público seria mais longo até chegar à obra no terreno: desde o lançamento dos concursos dos apoios do Portugal 2020 até aos passos administrativos e concursais necessários para o início da obra. De qualquer modo,

importa referir que já aprovamos investimentos de quase todas as autarquias do Continente no valor de 1,7 mil milhões de euros, sendo que mais de 500 milhões já estão em obra iniciada. Os 44% de aumento do investimento municipal, no primeiro trimestre de 2017 face ao período homólogo de 2016, registados recentemente pela UTAO, são o testemunho de que, também neste domínio, começa a ser substantivo o efeito do Portugal 2020 no terreno.

#### **É possível transformar o perfil produtivo de regiões através destes programas? E os fundos têm contribuído para a convergência interna?**

Consegue-se melhorar o perfil produtivo das regiões portuguesas incentivando a criação de novas unidades em atividades emergentes com presença insuficiente em Portugal (especialização intersectorial), bem como melhorando e qualificando as empresas existentes (especialização intrasectorial), acrescentando valor às produções existentes.

São estes os propósitos essenciais dos incentivos do Portugal 2020 às empresas, sendo que a maioria dos projetos aprovados estão orientados para a inovação, para o conhecimento, para a internacionalização e para os recursos humanos mais qualificados. Ao todo, 30 % dos incentivos do PT 2020 às empresas dirigem-se a setores intensivos em tecnologia e conhecimento, contribuindo assim para a alteração do nosso padrão de especialização.

Quanto à questão do impacto dos fundos estruturais na convergência, a evolução mostra que as regiões com menor desenvolvimento convergiram na última década para a média nacional. A preocupação é a de que tal processo de convergência interna não resulte de dinâmicas descendentes das regiões mais desenvolvidas, que, a sucederem, prejudicarão o processo de convergência do país com a União Europeia.

#### **O QREN já está encerrado? Se não, em que situação se encontra e quando poderemos esperar que seja encerrado?**

O QREN está encerrado e garantiu-se uma utilização a 100% dos fundos europeus disponíveis. Portugal entregou em Bruxelas no prazo fixado as declarações finais de despesa de todos os Programas Operacionais do QREN. Realço que ficou uma vez mais demonstrada e reforçada a elevada credibilidade e profissionalismo das equipas de gestão de fundos estruturais em Portugal, conseguiu, em simultâneo e com os mesmos recursos, encerrar o QREN e pôr o Portugal 2020 no terreno. ●

#### **BALANÇO**

# FEEI: 57% dos 25 mil milhões já foram colocados a concurso

Do relatório trimestral, agora apresentado, evidencia-se ainda o apoio a 14 mil projetos, aprovados a mais de 12 mil empresas.

#### **SÓNIA BEXIGA**

sbexiga@jornaleconomico.pt

Os mais recentes números da execução do Programa Portugal 2020 foram agora revelados no evento anual “A caminho do Portugal 2020 - Resultados e oportunidades de financiamento”, organizado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC) e as autoridades de gestão dos programas operacionais.

Terminado o primeiro trimestre de 2017, é possível apurar que dos 25,79 mil milhões de euros que Portugal tem disponíveis até 2020 já foram colocados a concurso 57%, ou seja, 14,7 mil milhões de euros. Evidencia-se ainda a abertura de 1355 concursos, com 190 a decorrer neste momento, envolvendo 12 mil empresas.

Entre estas empresas, mais de 1000 são “estreadas” nas candidaturas aos fundos. Os números revelam também que foram apoiados mais de 1500 projetos de I&D e mais de 300 em TIC, e que quase seis mil empresas tiveram apoio para formação/ação.

Segundo salientou Nelson Sou-

za, nesta apresentação, até 31 de março de 2017, está contratualizado “quase um terço das verbas do Portugal 2020”, num investimento global de dez mil milhões de euros, traduzindo-se num “forte aumento do ritmo de aprovação do investimento”, acrescentou.

Quanto às aprovações das candidaturas, respetivos domínios temáticos e percentagem na distribuição de fundos, destacam-se a “Competitividade e Internacionalização” com 36% e o “Desenvolvimento Rural” com 23%. Seguem-

**Na distribuição dos fundos por domínios temáticos, destacam-se a “Competitividade e Internacionalização (36%) e o “Desenvolvimento Rural” (23%)**

-se “Capital Humano” (19%), e com 11% cada, os domínios “Inclusão Social e Emprego” e “Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos”.

Recorde-se que, no final de 2016 verificou-se uma aceleração dos apoios ao investimento que viria a ser intensificada no primeiro trimestre de 2017, registando-se um crescimento económico de 25% e 10%, respetivamente, para o investimento público e privado, face ao período homólogo. Assim, a concretização dos projetos financiados traduziu-se em mais de 3,4 mil milhões de euros de fundos executados, correspondendo a uma taxa de execução de 13%, mais 2,1 p.p. que no final de 2016. Por outro lado, também se evidencia o ritmo de pagamentos realizados às empresas, já que duplicou relativamente a 2016. O valor dos pagamentos realizados aos promotores das operações financiadas no primeiro trimestre de 2017 correspondeu a 4,2 mil milhões de euros, o equivalente a 16% dos fundos programados e a 35% do total de fundos aprovados, o que significa que mais que um terço dos fundos aprovados já foi pago. ●





CANDIDATURAS ABERTAS

# Fundos disponíveis continuam a reforçar a gestão nas PME

Para apresentar uma candidatura, empresários podem recorrer às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, que aconselham e prestam apoio a potenciais promotores de investimentos.

SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

Neste momento, as candidaturas aos fundos comunitários disponibilizados no âmbito do Programa 2020 estão focadas nas áreas da qualificação, internacionalização, inovação produtiva, e empreendedorismo qualificado e criativo. Esta última é a única com prazo de entrega até ao mês de julho, as restantes encerram perto do final des-

te mês e outras vão até junho.

As candidaturas devem ser submetidas através do Balcão 2020, uma área do Portal Portugal 2020 e o ponto de acesso aos Programas Operacionais financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), mediante o preenchimento do (s) formulário (s) eletrónico (s). Contudo, algumas candidaturas em particular podem ser submetidas por outros pontos de acesso que serão devidamente divulgados no lançamento

dos respetivos avisos de abertura de candidaturas.

Se, para apresentar a candidatura, for necessária orientação e apoio, os empresários podem recorrer às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais que, entre outras responsabilidades, aconselham e prestam apoio a potenciais promotores de investimentos, no âmbito dos avisos de abertura de candidaturas aos respetivos Programas. A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP dispõe

também de uma via de contacto para a prestação de esclarecimentos gerais sobre o Portugal 2020, através do formulário disponível no Portal do Portugal 2020.

## Qualificação das PME

Este sistema de incentivos visa conceder apoios a projetos que concorram para o aumento da competitividade, flexibilidade e capacidade de resposta ao mercado global. Os beneficiários são as Pequenas e Médias Empresas

(PME) de qualquer natureza e sob qualquer forma de jurídica, sendo que este concurso tem aplicação em todas as regiões NUTS II do Continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve). Quanto a prazos para apresentação de candidaturas é o dia 30 julho, até às 19 horas, para o POCI e PO Regional do Norte, do Centro e do Algarve. Para serem alvo deste financiamento, os projetos (para os quais existe um limite mínimo de despesa elegível total de 25 mil euros) devem ser desenvolvidos em domínios como a “Inovação Organizacional e Gestão”; a “Economia Digital e Tecnologias de Informação e Comunicação”; “Criação de Marcas e Design”; “Proteção de Propriedade Industrial”; “Qualidade – Certificação”; “Transferência de Conhecimento”; “Distribuição e Logística”; “Eco – Inovação”; “Inovação de Marketing” e “Inovação Organizacional”. Sobre as taxas de financiamento, formas e limites de incentivo importa reter que a taxa base máxima de financiamento corresponde a 45% do investimento elegível, com exceção dos incentivos a conceder pelo PO Regional de Lisboa em que a taxa máxima é de 40%. Os incentivos financeiros a conceder assumem uma natureza não reembolsável, até um limite de 500 mil euros.



Cristina Bernardo

### Inovação Produtiva

Nesta área o objetivo é conceder apoios financeiros a projetos que contribuam para o aumento do investimento empresarial das grandes empresas em atividades inovadoras (produto ou processo); ou reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços. Quanto a prazos destaca-se a primeira data, já muito próxima, de 26 de maio (19 horas) para os PO Regional de Lisboa e do Alentejo, ficando em aberto o 10 de Julho (19 horas) para o POCI e PO Regional do Norte, do Centro e do Algarve. Assim, os projetos elegíveis devem visar a criação de um novo estabelecimento; o aumento da capacidade de um estabelecimento já existente, devendo esse aumento corresponder no mínimo a 20% da capacidade instalada em relação ao ano pré projeto (respeita a 2016); a diversificação da produção de um estabelecimento para produtos não produzidos anteriormente no estabelecimento, sendo que os custos elegíveis devem exceder em, pelo menos, 200% o valor contabilístico dos ativos que são reutilizados, tal como registado no exercício fiscal correspondente ao ano pré-projeto (2016). No caso de projetos de investimento localizados nas NUTS II Lisboa e Algarve promovidos por Empresas Não PME, apenas são elegíveis atividades de “Inovação Produtiva” a favor de uma nova atividade. Com aplicação em todas as regiões NUTS II do país, estes incentivos são reembolsáveis, exceto para as despesas relacionadas com formação profissional, com um prazo de reembolso total de oito anos (dois anos de carência e seis anos de reembolso), durante o qual não são cobrados juros ou quaisquer outros encargos. A taxa base de financiamento corresponde a 30% do investimento elegível, a qual poderá ser acrescida de majorações, não podendo a taxa global ultrapassar os 70%. Adicionalmente, podem beneficiar de uma isenção de reembolso (conversão de subsídio reembolsável em subsídio não reembolsável), em função do grau de superação das metas que o candidato estabeleça em sede de candidatura. Os incentivos a conceder pelo PO Regional de Lisboa (projetos localizados na NUTS II Lisboa) beneficiarão de uma taxa máxima de 40% das despesas elegíveis e pelo PO Regional do Algarve (projetos localizados na NUTS II Algarve) beneficiarão de uma taxa máxima de 60% das despesas elegíveis.

### Empreendedorismo Qualificado e Criativo

Desta feita, o alvo são os projetos que contribuam para a promoção do espírito de empresarial, facilitando o apoio à exploração econó-

mica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas. Quanto às operações suscetíveis de apoio, devem passar pela referida criação de empresas que desenvolvam atividades em setores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as integradas em indústrias criativas e culturais, e ou setores com maior intensidade de tecnologia e conhecimento; bem como, por criar empresas que valorizem a aplicação de resultados em I&D na produção de novos bens e serviços. Uma vez mais os beneficiários deverão ter o estabelecimento em causa numa das regiões NUTS II do Continente, e deverão PME, também de qualquer natureza, mas terão que estar criadas há menos de dois anos. Os incentivos são reembolsáveis, num prazo total de oito anos (dois anos de carência e seis anos de reembolso), durante o qual não são cobrados juros ou encargos. A taxa base máxima de financiamento corresponde a 30% do investimento elegível, a qual poderá ser acrescida de majorações, não podendo a taxa global ultrapassar os 75%. O projeto pode beneficiar de uma isenção de reembolso, em função do grau de superação das metas que o candidato estabeleça, em sede de formulário de candidatura. As candidaturas podem ser entregues até 26 de maio (19 horas) para os PO Regional de Lisboa e do Alentejo e até 10 de Julho (19 horas) para o POCI e PO Regional do Norte, do Centro e do Algarve.

### Internacionalização

Aqui o foco está nos projetos que contribuam para a promoção das exportações através do desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais e de processos de qualificação das PME para a internacionalização. As operações devem desenrolar-se em domínios como o conhecimento de mercados externos; economia digital; desenvolvimento e promoção internacional de marcas; prospeção e presença em mercados internacionais; marketing internacional; introdução de um novo método de organização (práticas comerciais ou relações externas); certificações específicas para mercados externos. A natureza dos beneficiários e a área geográfica de aplicação são as já referidas nos outros concursos abertos. Quanto a taxas, forma e limites, importa reter que a taxa base máxima de financiamento corresponde a 45% do investimento elegível, com exceção dos incentivos a conceder pelo PO regional de Lisboa em que a taxa máxima é de 40%. Os incentivos têm natureza não reembolsável até um limite de 500 mil euros. As candidaturas podem ser entregues até 30 de junho (19 horas) para o POCI e PO Regional do Norte, do centro e do Algarve. ●

ENTREVISTA **CELSO FERNANDES**, Senior Manager da Mazars

## “Portugal 2020 vai reforçar indústria digital”

Para a consultora Mazars, é “incontornável o papel catalisador” do programa na economia.

### Como está a correr 2017 em matéria de candidaturas e de aprovações?

Até ao final de março de 2017 encontram-se aprovados 17.150 projetos no âmbito do programa do Portugal 2020, financiados pelos Fundos da Política de Coesão (FEDER, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu) e envolvem um montante total de investimento elegível de 13,5 mil milhões de euros. Do investimento apoiado, a maior parte (29%) destina-se ao reforço da competitividade das PME, mantendo o domínio da competitividade e internacionalização a maior representatividade, uma vez que há um maior foco no segmento empresarial, este é por natureza o segmento em que os serviços da Mazars são mais solicitados. Outra parte significativa do apoio aprovado (24%) destina-se ao investimento na educação, formação e formação profissional, para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida. Destacam-se ainda os apoios ao reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (12%). No final do primeiro trimestre mantém-se em aberto, 190 concursos com uma dotação de 3,5 mil milhões de euros.

### Quais os principais entraves? O que pode ser feito para melhorar?

As principais dificuldades com que as empresas normalmente se deparam prendem-se numa primeira instância com o enquadramento do projeto que pretendem desenvolver nos concursos do programa, a especificidade legislativa (ao nível do licenciamento, carga fiscal, etc.) e, numa segunda fase, com a captação de recursos (humanos, físicos e materiais). Ainda em sede de recursos, o cumprimento do rácio mínimo de autonomia financeira (15% para PME ou 20% para Não PME) e a definição do mix de financiamento (entre recursos próprios e alheios), está longe de ser um tema pacífico (tendo em conta que as empresas que fazem parte do tecido empresarial português se encontram muito alavancadas). É de referir que a realização de projetos desta natureza exige trabalho cuidadoso para proporcionar análises aprofundadas, caracterizações e descrições bastante pormenorizadas, o que requer uma colaboração próxima com diversos interlocutores. Pensamos

ser oportuno a este propósito realçar o trabalho meritório que diversas entidades têm vindo a promover, nomeadamente o AICEP, as Autarquias Locais, as Câmaras de Comércio e Associações Empresariais. Neste âmbito, resulta evidente que todos os contributos que concorram para uma análise integrada das matérias (com interlocutores multidisciplinares) e para a redução dos *timings* de tomada de decisão serão sempre bem acolhidos.

### Como perspetiva que evolua o Programa até ao final de 2017?

O Portugal 2020 foi concebido como um instrumento inovador para dar resposta às novas exigências da economia global. Os apoios do programa têm-se revelado importantes para a alavancagem e recuperação da economia nacional, para a dinamização do investimento privado em Portugal, bem como na alteração do perfil de especialização do tecido empresarial português, dando oportunidades às empresas para adquirirem os meios técnicos e humanos necessários para incrementar a sua competitividade, adotando um maior grau de inovação, novas tecnologias, especialização e proporcionando bens e serviços transacionáveis a uma escala global. É expectável que as prioridades de investimento do Portugal 2020 até final de 2017 e para os próximos anos sejam direcionadas a projetos desenvolvidos nas vertentes de transformação digital e Indústria 4.0, devido ao “Programa Interface” recentemente apresentado pelo Governo. Parece incontornável o efeito catalisador que o Portugal 2020 tem vindo a ter na economia, quer ao nível da dinâmica de investimento, quer ao nível da criação de emprego, funcionando como um facilitador do crescimento económico e por inerência do nosso Produto Interno Bruto. ● SB



**CELSO FERNANDES**  
Senior Manager da Mazars

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão dispõe também de uma via de contacto para a prestação de esclarecimentos sobre o Portugal 2020

## INVESTIMENTO

# Associações empresariais criticam aplicação dos apoios no terreno

Atrasos, burocracias e falta de adequação dos apoios à realidade das empresas são os principais entraves encontrados pelas principais confederações e associações patronais do país.

## JOÃO MADEIRA

jmadeira@jornaleconomico.pt

As principais associações e confederações empresariais em Portugal destacam os efeitos positivos dos fundos comunitários na capitalização e apoio da atividade económica, mas alertam que a execução dos programas no terreno está repleta de “burocracias” e inadequações à vida real das empresas.

O presidente da CIP – Confederação Empresarial de Portugal destaca a importância dos incentivos ao investimento – que deve a “alavancagem” do crescimento económico. António Saraiva sublinha que as candidaturas aos sistemas de incentivos têm apresentado “valores recorde” e que, até agora, as verbas têm sido suficientes. Quanto à formação profissional, a avaliação é diferente. “Sabia-se, desde o princípio do Portugal 2020, que as verbas eram muito reduzidas face às necessidades existentes em Portugal, pelo que é imperioso rever esta situação nomeadamente em relação às Formações Modulares Certificadas”, diz.

O presidente da CIP entende que

“há muitos entraves” à utilização dos fundos comunitários, “a começar pelo funcionamento do balcão Portugal 2020” para submissão de candidatura, obtenção de esclarecimentos, etc. Além disso, continua a não haver, para o ano de 2017, uma calendarização de concursos para as empresas se poderem preparar.

### Derrapagens de prazos

Em relação a alguns avisos, a notificação às empresas sobre as suas candidaturas “ultrapassou largamente os prazos previstos no concurso, devido aos enormes atrasos na avaliação das candidaturas”. Isso afetou a calendarização de muitos projetos, que perderam a hipótese de contratar trabalhadores qualificados pré-selecionados.

O presidente da confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), João Vieira Lopes, alerta também para os “vários constrangimentos” que se verificam desde o início do Portugal 2020. “Decorrem quer da forma como foi estruturado pelo governo anterior este novo ciclo de fundos ao nível dos vários programas operacionais, quer ao nível das infraestruturas

tecnológicas de suporte que manifestamente se têm revelado um pesadelo para quase todos os intervenientes, sejam empresas, organismos intermédios ou mesmo entidades gestoras”, explica.

Ambas as situações, acrescenta, conduziram a atrasos na abertura de concursos e nas fases seguintes de análise e decisão. “Estes constrangimentos ultrapassam em nosso entender as questões habituais de transição entre quadros de apoio”, sublinha.

Nos programas dirigidos às empresas, João Vieira Lopes realça que os valores aprovados para o sector do comércio e serviços “continuam a ser muito residuais, não correspondendo ao peso destes sectores quer na economia quer no emprego”.

Para o dirigente da confederação, o modelo de governação do Portugal 2020 é “extremamente confuso”, com demasiados intervenientes ao nível político e de gestão, o que foi em parte responsável pelo atraso no arranque do programa. A excessiva fragmentação de iniciativas por muitos programas também geraram significa-

**Representantes do tecido empresarial apontam falta de calendário definido para os concursos a abrir este ano**



“Há muitos entraves à utilização dos fundos comunitários, a começar pelo funcionamento do balcão Portugal 2020”

ANTÓNIO SARAIVA  
CIP



“Infraestruturas tecnológicas de suporte têm-se revelado um pesadelo para quase todos os intervenientes”

JOÃO VIEIRA LOPES  
CCP



“Entendemos que a estruturação deste quadro comunitário, bem como das suas linhas de medidas, não é o mais favorável para o turismo”

FRANCISCO CALHEIROS  
CTP



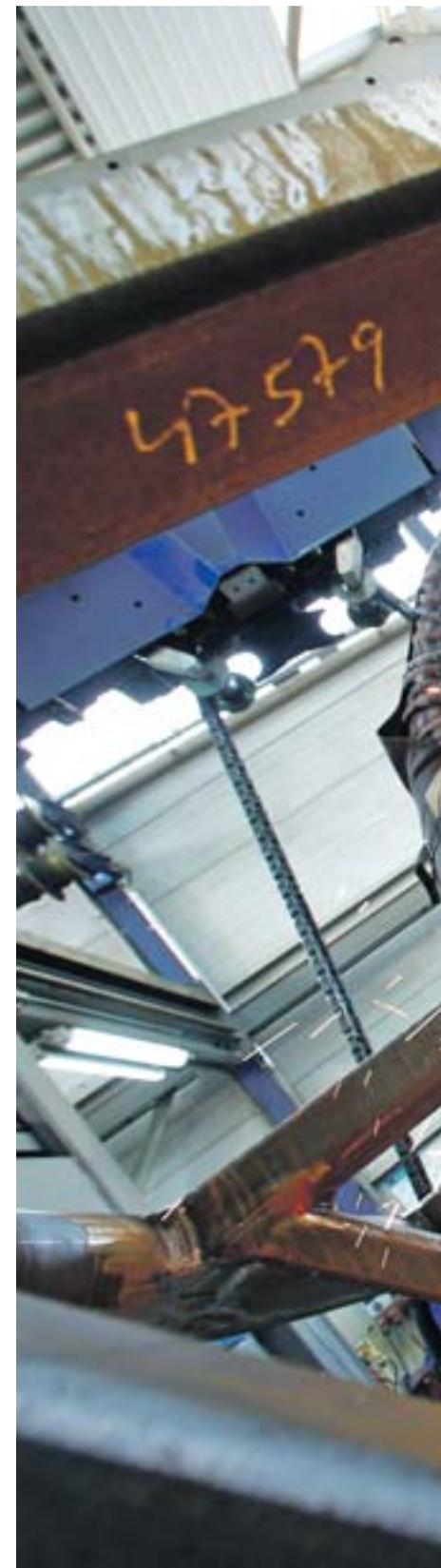
“Nestes dois anos e meio de Portugal 2020, o que detetamos é uma derrapagem inicial nos prazos de aprovação”

JOÃO ALBUQUERQUE  
ACIB



“Seria muito importante que o processamento dos pagamentos às empresas fosse mais célere e decorresse dentro dos prazos previstos”

MARIA SALOMÉ RAFAEL  
NERSANT





Ralph Orłowski/Reuters

tivos atrasos e “estão já a comprometer as taxas de execução”.

Como o ano 2017 é fundamental para o cumprimento das metas impostas pela Comissão Europeia, Vieira Lopes reconhece que “seria lamentável”, num país que ainda tem profundas necessidades de qualificação, que Portugal tivesse que devolver verbas do FSE por falta de execução. “É fundamental corrigir erros de estruturação do PT 2020, incluindo ao nível da reprogramação financeira de alguns programas. É necessário agilizar procedimentos evitando erros do passado, em que os atrasos na fase de decisão ou de pagamento acabam por conduzir a alterações na programação de investimento pelas empresas, gerando novos atrasos”, conclui.

#### Falta de adequação

O presidente da Confederação do Turismo Português (CTP), Francisco Calheiros, também aponta falhas ao desenho dos programas. Entendemos que a estruturação deste quadro comunitário, bem como das suas linhas de medidas, não é o mais favorável para o Turismo”, frisa. Por um lado, diz, o setor não tem um envelope financeiro próprio. Por outro, não leva em linha de conta as especificidades da atividade turística. “Esta realidade prejudica a hierarquização de projetos do Turismo, na medida em que os projetos desta área apresentam um período de recuperação muito mais longo do que os projetos de outros setores”.

O dirigente aponta ainda outros entraves. Os critérios de decisão para hierarquização dos projetos de investimento não estão adequados ao setor e não têm em conta a maturidade do investimento turístico, nem as condições de exploração dos estabelecimentos turísticos. Além disso, os critérios que podem determinar benefício no apoio financeiro ao investimento são “demasiados rígidos” e não levam em linha de conta alterações no contexto internacional.

Para o presidente da Associação Comercial e Industrial de Barcelos (ACIB), João Albuquerque, o Portugal 2020 necessita de uma “urgente reprogramação”, através da concentração de medidas dispersas num número mais reduzido. “Nestes dois anos e meio de PT 2020, o que detetamos é uma derrapagem inicial nos prazos de aprovação, com inegáveis consequências negativas na execução e aplicação real dos fundos”, sublinha.

O responsável considera que os maiores entraves estão ao nível da burocracia, quer nas candidaturas, quer nos pagamentos, “devido ao mau funcionamento das plataformas eletrónicas de apoio”. A associação está consciente do “esforço que gestores os programas e técnicos fazem no seu dia a dia” e aponta um caminho. A solução passará por simplificar procedimentos e “aproveitar o que funcionou bem e foi deixado fora”.

A presidente da Associação Empresarial da Região de Santarém (NERSANT) considera que as propostas do Governo no âmbito do Plano Nacional de Reformas vão no sentido correto. Mas Maria Salomé Rafael lembra que a sua rápida operacionalização está por acontecer. É “absolutamente necessária a implementação a Operações de Capital Reversível, aplicável a todas as regiões do país, e que não esteja dependente da aprovação das entidades bancárias, o que pode comprometer a eficácia desta medida.

Apesar dos esforços do Governo na simplificação de processos e procedimentos, a NERSANT destaca a persistência da “burocracia e os atrasos”. A associação gostaria que a abertura de concursos decorresse de forma mais rápida, de acordo com um calendário previamente definido, assim como a análise das candidaturas. “Seria ainda muito importante que o processamento dos pagamentos às empresas fosse mais célere e decorresse dentro dos prazos previstos”. ●

PUB

[www.bakertilly.com.pt](http://www.bakertilly.com.pt)



BAKER TILLY

Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego  
Análise gratuita

Audit | Tax | Advisory | Corporate Finance | Outsourcing | Incentives



**VISITAR**<sup>®</sup>  
POWERED BY NEXTREALITY



# TRANSFORMAMOS MUSEUS E PATRIMÓNIO COM REALIDADE AUMENTADA

PODE VIVER JÁ UMA EXPERIÊNCIA DE REALIDADE AUMENTADA - SAIBA COMO FUNCIONA:



## 1. DOWNLOAD

Faça o download da app  
Next Reality.



## 2. SOLDADO ROMANO

Abra a app e seleccione  
a experiência "Soldado Romano".



## 3. EXPERIÊNCIA

Aponte a câmara do seu dispositivo para  
esta página e viva a experiência!



SAIBA MAIS:  
VISITAR.NEXTREALITY.COM  
HELLO@NEXTREALITY.COM  
(+351) 217 960 505

Museus Aumentados



Co-financiado por

